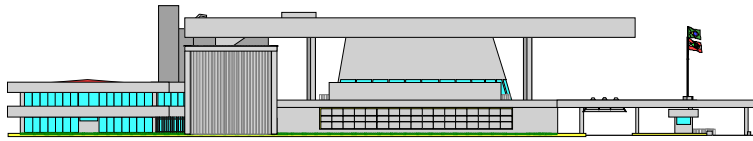


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 1º DE JUNHO DE 2011

NÚMERO 6.290

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

DIRETORIA LEGISLATIVA**Coordenadoria de Publicação:**

Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Roberto Katumi Oda

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES**Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:**

Responsável pela impressão.

Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.ale.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XX - NÚMERO 2290
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 045ª Sessão Ordinária realizada em 26/05/2011 2
Ata da 003ª Sessão Solene realizada em 26/05/2011 7

Atos da Mesa

Atos da Mesa 10

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria 11
Ata de Comissão Permanente.. 11
Emenda Constitucional 12
Ofícios 12
Portarias 12
Projetos de Lei 15
Projeto de Lei Complementar... 16
Redação Final 16

P L E N Á R I O

ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Angela Albino - Carlos Chiodini - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Critica o modelo político vigente no país.

Partidos Políticos

DEPUTADO NEODI SARETTA - Discorre sobre duas propostas de emenda constitucional, de sua autoria, que tramitam na Casa.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Condena os critérios usados pelo ministério da Saúde na distribuição dos recursos no país.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Corroborar com a crítica à centralização dos recursos em Brasília.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Convida para mobilização no balneário Morro dos Conventos, em prol do início das obras da Interpraia.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (aparte) - Reconhece a luta do deputado Manoel Mota para a construção da Interpraia.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Comenta a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro na Câmara Federal.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença da prefeita Janaína Silveira Scheffer, de Passos de Torres, e do prefeito Eclair Alves, de Timbé do Sul.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Analisa o recuo do governo federal na distribuição do *kit gay* às escolas públicas do país.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Critica a postura do ministro da Educação no caso do *kit gay*.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pondera que a intenção do MEC com o *kit gay* é boa, mas faltou bom senso ao direcionar a opção dos jovens.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Afirma que faltou bom senso ao MEC no caso do combate à homofobia.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Alega que a distribuição do *kit gay* instigaria, através do exagero, o desrespeito à diferença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, pessoas presentes nesta manhã de quinta-feira, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Quero falar sobre um assunto polêmico porque parte das atribuições de um Parlamento é debater as questões em ebulição no meio da sociedade. E começarei por um fato concreto.

Ontem demorei meia hora a mais para chegar à Assembleia Legislativa uma vez que o engarrafamento na região do Estreito estava pior do que de costume. Por quê? Simplesmente porque um posto de gasolina estava vendendo combustível sem impostos, ou seja, a R\$ 1,79 o litro. Isso foi feito no dia de ontem por um posto no Estreito e por outro na área central da capital - não sei exatamente qual.

Por isso, gostaria de começar dizendo que volta e meia a tribuna tem sido ocupada para tratar dessa questão, uma vez que os meios de comunicação veiculam constantemente esse tema.

Quero dizer que considero esse um discurso que tem uma razoável carga demagógica, porque aquele que não quer pagar imposto em qualquer sociedade vai precisar virar um ermitão e morar numa cabana atrás de uma pedra, pois somos seres sociais e vivemos em sociedade. Portanto, temos que contribuir para o nível de organização possível dessa sociedade.

Das pesquisas realizadas no Brasil, 90% são feitas pelas universidades públicas, estaduais ou federais e, evidentemente, o pagamento sai dos impostos. Então, quem gosta de novas tecnologias e de novidades tem que pagar por isso, evidentemente. Quem gosta de utilizar como meio de transporte o carro, o avião ou o ônibus precisa pagar imposto, porque é preciso que haja a manutenção das vias de transporte. Quem quer produzir precisa pagar imposto, porque tem que haver infraestrutura, e quem quer ter direito à saúde, à educação e à alimentação precisa pagar imposto, porque isso não nasce na árvore no fundo de casa, não cai do céu, é produzido por alguém e, muitas vezes, em lugares muito distantes.

Na realidade, é preciso avaliar isso de outra forma, e essa é uma abordagem que quero fazer aqui, embora, evidentemente, outros possam discordar. O que tenho visto, no entanto, é que a onda geral é esta: pagar imposto é um absurdo. Temos que parar de pagar impostos. Esse é o discurso geral. Quero dizer que esse é um discurso, um posicionamento, uma campanha e uma política feita por ricos para enganar pobres.

Somando os ricos (aquele setor da sociedade brasileira formador opinião, que detém os meios de produção e comunicação, que detém o poder) com uma grande parcela da classe trabalhadora, formada por aqueles melhor remunerados, ou seja, toda a sociedade oficial, chegaríamos em torno de 1/3 da população brasileira. E 1/3 da população brasileira representa 70 milhões de pessoas. É bastante gente, é mais do que a população total da maioria dos países europeus. Portanto, é um mercado do qual ninguém quer abrir mão.

No entanto, 2/3 da população brasileira não faz parte da sociedade oficial, não pode pagar plano de saúde privado, não pode pagar escola particular para os filhos, não pode morar num condomínio fechado ou pagar segurança particular. Depende, contudo, dos serviços públicos, e os serviços públicos somente podem funcionar se o estado fizer a sua parte.

Portanto, esse discurso de que é preciso baixar a carga tributária é, no meu modo de ver, um discurso dos ricos para tentar enganar os pobres. Porque esses que estão fazendo esse discurso não precisam do hospital público, do posto de saúde, da escola pública, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar. Eles podem pagar por tudo isso porque são a parcela mais rica da sociedade. Agora, os outros 120 milhões de brasileiros precisam disso e ficarão, como estão ficando, na penúria, em virtude da falta de políticas públicas adequadas.

Se é para fazer esse debate, que o façamos, mas de forma correta. O que está sendo feito com os impostos que pagamos no Brasil? Esse é o debate que precisa ser feito! Porque depois de discutir isso e ver que não é preciso pagar tanto, diminui-se. No entanto, temos uma realidade em que os pobres estão morrendo na fila dos hospitais; a qualidade da educação está ruim - e estou dizendo dessa forma para evitar entrar numa linha de adjetivação muito pesada; a segurança pública está sendo abandonada.

O pior é que tudo isso está ocorrendo há 20 anos no país. Não estou falando de agora, deste governo ou do outro. Estou falando de um projeto de sociedade imposto no país a partir de fora, determinado pelos organismos internacionais

de dominação do sistema capitalista mundial, que há 20 anos empurram goela abaixo dos governos brasileiros esse modelo. E aí não há dinheiro para a Saúde, para a Educação e para a Segurança Pública, mesmo porque, dos impostos arrecadados, a prioridade é outra que não os serviços públicos essenciais.

Na coluna de Moacir Pereira de hoje há uma matéria que gostaria de ler. E é uma pena que não haja tempo para que a leia na íntegra, porque coisas que temos falado desta tribuna há mais de quatro anos estão nela escritas.

O relatório do Tribunal de Contas do Estado sobre o exercício de 2010 do governo do estado, publicado ontem, na minha avaliação é caso de processar todo mundo que tenha tido alguma responsabilidade.

Vejam como começa a matéria:

(Passa a ler.)

"Impacto nas contas

O governo do Estado deixou de repassar, nos últimos anos, a quantia de R\$ 1,670 bilhão para a educação e de R\$ 627,700 milhões para a saúde. [...]"[sic]

Mais abaixo há uma parcela ainda maior de recursos dos fundos, os tais fundos, que na verdade são uma forma de o governo tirar dinheiro que deveria investir nos serviços essenciais e usar da forma que quiser. Cito, como exemplo, o Fundo Social, cujos recursos são de impostos que deveriam ter sido arrecadados para a conta única do Tesouro, mas que servem, inclusive, para fazer política eleitoral.

Esse é um debate que precisamos fazer e não ficar na mera demagogia de que pagamos muitos impostos. Precisamos usar bem os recursos públicos. Essa é a verdadeira necessidade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Não havendo mais oradores inscritos em Breves Comunicações, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado os Partidos Políticos. Hoje quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada Angela Albino, utilizamos este horário reservado aos Partidos Políticos para continuar o debate já feito nesta Casa, a respeito da situação da Educação em Santa Catarina, englobando a questão salarial do magistério e, principalmente, o financiamento da Educação.

Agora que há esse impasse esse assunto tem sido bastante debatido. Mas gostaria de lembrar que desde as primeiras sessões tenho abordado o tema da educação desta tribuna, inclusive sob o ponto de vista do financiamento da Educação. Disse, inclusive, nas primeiras sessões deste ano, que sempre que se fala em melhorar a educação chega-se ao ponto chave, que são os recursos e como obtê-los, ou seja, como financiar a atividade.

Ora, sr. presidente e srs. deputados, para atacar isso propusemos duas emendas

constitucionais que podem ser a solução para o financiamento da Educação. E quero discorrer um pouco mais acerca dessas emendas, principalmente uma delas, sobre a qual até se faz uma interpretação errônea.

A primeira PEC que apresentei diz respeito ao governo utilizar os recursos referentes aos 25% que devem ser aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino para pagar uma conta que o Tribunal de Contas já disse que não deve ser incluída no cálculo. Refiro-me ao pagamento daqueles servidores que já passaram para a inatividade. Não se trata - e aqui há um esclarecimento importante a ser feito - de tirar esses servidores da folha do estado, como alguns às vezes dizem. Não! Pelo contrário, eles são servidores do estado, estão inativos, têm as suas paridades, mas a fonte dos recursos, o local de onde o governo retira o dinheiro para pagá-los tem que ser o caixa do Tesouro e não os 25% destinados à Educação.

O Tribunal de Contas já disse por reiteradas vezes que esse é o procedimento que deve ser adotado. Os números mostram que nos últimos nove ou dez anos são cerca de R\$ 2 bilhões desviados de sua finalidade, ou seja, recursos que tinham que ir diretamente para a manutenção e desenvolvimento do ensino estão sendo utilizados para pagar os inativos, coisa que deveria ser feita com recursos de outra fonte.

Disse e repito que não se trata de excluir os inativos da Educação da folha do estado. Muito pelo contrário, se for para mexer é para acrescentar para aqueles que tanto já deram para Educação de Santa Catarina, que são os professores inativos, que merecem todo o nosso respeito.

Portanto, essa proposta de emenda constitucional, que já tem, inclusive, parecer pela admissibilidade aprovado nesta Casa, na reunião da comissão de Constituição e Justiça da última terça-feira baixou em diligência, para que o governo dê a sua posição. E é exatamente por isso que quero fazer um apelo aos srs. deputados e ao governo, posto que o próprio secretário da Fazenda nos disse, quando esteve na comissão de Finanças, da sua intenção de, gradativamente, acertar essa questão: que acertemos imediatamente, que esta Casa dê a sua contribuição para, definitivamente, acabarmos com essa prática condenada pelo TCE.

Lembro, inclusive, que a Casa já teve iniciativa semelhante em relação à Saúde, pois também naquela pasta o governo do estado, de forma equivocada, computava dentro dos 12% constitucionais o pagamento dos inativos. Esta Casa aprovou uma emenda constitucional vedando essa possibilidade e há o compromisso do governo de, a partir deste ano, fazer essa regularização.

Portanto, essa emenda constitucional resolve essa questão da Educação e proporciona um acréscimo da ordem de R\$ 250 milhões para a manutenção e desenvolvimento do ensino, o que garante uma boa parte das supostas diferenças que deverão ser arcadas pelo governo.

Sr. presidente, a outra emenda constitucional propõe alteração do percentual destinado à Educação de 25% para 30%. Tenho absoluta consciência, deputado Sargento Amauri Soares, de que essa não é uma PEC que logrará êxito de imediato. Sei disso. Trata-se de formação de Orçamento. Foi prefeito durante oito anos e sei o que é o Orçamento, sei, inclusive, o que isso significa para o Poder Executivo.

Agora, também por ter sido prefeito por oito anos, tenho absoluta convicção de que o percentual de 25% destinado à Educação é muito pouco. Em nenhum dos anos em que estivemos à frente da prefeitura aplicamos apenas 25%, chegamos a aplicar 31%!

Portanto, o aumento dos recursos é fundamental para que possamos garantir, de fato, uma educação de qualidade. E não me refiro apenas ao impasse em relação aos salários dos professores, que é uma questão importante e fundamental, mas também à melhoria da educação como um todo, o que passa pela melhoria salarial, pela qualificação, por uma boa estrutura, enfim, por tudo aquilo que faz parte da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

Quero registrar que mesmo no período em que fiquei sem mandato, logo após deixar a prefeitura de Concórdia, sempre tive como bandeira de luta política a ampliação, o aumento dos recursos para duas áreas fundamentais: a Saúde e a Educação.

Portanto, sr. presidente e srs. deputados, queremos reforçar mais uma vez a necessidade de analisarmos com carinho essas propostas de aumento dos recursos destinados à Educação.

Quero manifestar-me mais uma vez, sr. presidente, sobre a medida provisória enviada a esta Casa pelo governo do estado. O grande equívoco da proposta está em promover um achatamento salarial e da carreira, o que vai acabar gerando exatamente aquilo que não queremos, ou seja, a desmotivação do magistério. Num primeiro momento, é claro, ela atende ao requisito legal de pagar o piso, para que ninguém ganhe menos do que o piso; num segundo momento, contudo, provocará o achatamento, de tal forma que ocasionará, como já disse, a desmotivação da categoria.

Por isso, entendo que o governador Raimundo Colombo deve, ao voltar de sua viagem ao exterior, rever imediatamente essa MPV e propor uma alternativa que contemple o plano de carreira, o escalonamento do piso, de forma que seja aceitável tanto pelo estado quanto pelo magistério.

Portanto, vamos continuar insistindo nesse tema fundamental porque há males que vêm para o bem. Talvez este momento de impasse seja oportuno para trazermos à ordem do dia o debate sobre a ampliação e o financiamento para uma área tão importante como é a Educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, sra. deputada Angela Albino e srs. deputados, gostaria de falar, nesta manhã de hoje, sobre o sistema das Unidades de Terapia Intensiva - UTIs. Há muitos anos, a população do sul do estado sofre a carência de leitos de UTI na região e agora, na qualidade de deputado, tenho visto, por toda Santa Catarina, que a carência é generalizada. Temos pouco mais de 700 leitos de UTI em Santa Catarina e frequentemente, senão todos os dias, há pelo menos 30 ou 40 pessoas na fila esperando uma vaga, às vezes até correndo risco de vida. Cirurgias deixam de ser feitas pela carência de leitos de UTI. Essa, pois, é uma deficiência inquestionável do sistema de saúde catarinense.

Catarinenses, num momento em que o governo federal aloca recursos para abrir novos leitos de UTI no Brasil, deparamo-nos com uma intolerável discriminação com o nosso estado, deputado Sargento Amauri Soares, pois praticamente não fomos contemplados com qualquer coisa. Vejam v.exas. que dos recursos que serão aplicados pelo governo federal este ano para

manutenção e abertura de leitos de UTI, Santa Catarina ficará com apenas 0,71% do montante. Vamos receber pouco mais de R\$ 600 mil, o que permitirá a manutenção dos leitos que já temos e a criação de apenas quatro novos leitos.

Vejam o tamanho da discriminação: o Paraná, estado vizinho, vai receber RS 5,7 milhões; o Rio Grande do Sul receberá R\$ 4 milhões, ao passo que Santa Catarina receberá minguados R\$ 600 mil do Fundo Nacional de Saúde!

A Associação dos Hospitais do Estado questiona, e com toda razão, deputado Carlos Chiodini, reclama dessa discriminação, que é, na verdade, assassina, porque ocasionará a morte de muitos catarinenses que não poderão ser socorridos devidamente!

Na nossa região vivemos uma situação emergencial no Hospital Regional de Araranguá, em função da falta de recursos e também em virtude da falta de gerenciamento, pois é um hospital público, mas que se encontra sem uma definição de gestores. Temos sofrido diariamente, juntamente com a população, a falta de leitos de UTI e também de atendimento. É preciso distribuir melhor os impostos recolhidos. Somente cobrar imposto não está resolvendo a situação da Saúde e da Segurança Pública no Brasil. Se cobrar imposto resolvesse, seríamos o país com o melhor atendimento em termos de serviços públicos do mundo, pela quantidade de tributos que pagamos. É preciso que o governo federal, que é o detentor da maior fatia de recursos, faça a distribuição de maneira criteriosa, olhe a necessidade da população, pois os recursos vêm sendo distribuídos de forma discriminatória, prejudicando principalmente o catarinense de baixa renda.

O sistema de saúde pública de Santa Catarina precisa urgentemente de uma injeção de recursos, precisa de uma gestão mais eficiente, mas precisa também estabelecer uma parceria com o governo federal, de tal forma que dê condições, pois a saúde é compromisso de todos, do município, do estado e do governo federal.

Os governos estaduais estão falidos, os municípios estão falidos e os prefeitos vivem aqui na Assembleia e no Congresso Nacional de pires na mão, dependendo da ajuda de alguém para continuar sobrevivendo. Temos é que fazer deste país uma verdadeira federação, com um novo pacto federativo. E devemos começar, deputado Sargento Amauri Soares, pela autonomia dos estados, dos municípios, para que tenham condições de sustentar todos os encargos que a Constituição lhes determina.

No período ditatorial o governo federal concentrou os recursos e agora estamos terminando um ciclo político, em que o maior partido de esquerda do Brasil assumiu o poder central e implementou, com certeza, avanços na área social e na área econômica - o que devemos elogiar -, mas não evoluiu na questão do pacto federativo, na distribuição dos recursos.

Então, o que vemos? Vemos o povo catarinense sendo discriminado, não tendo acesso a leitos de UTI. Muitas vezes, o Samu não pode transportar o paciente porque não tem para onde levá-lo. Exemplo disso é o que ocorreu há 15 dias, em Araranguá, ocasião em que passei uma madrugada no hospital ajudando uma pessoa que estava correndo risco de morte. E a solução não foi encontrada em Santa Catarina, mas em Porto Alegre. Durante toda a madrugada não conseguimos encontrar nenhum leito de UTI em Santa Catarina e tivemos que levar uma jovem de 24 anos, que havia sofrido um acidente, numa UTI móvel particular - já que o Samu não transporta para outro estado -, para um hospital de Porto Alegre, onde, graças a Deus, foi atendida e está fora de perigo.

Hoje me deparei com essa notícia discriminatória com o nosso estado e senti-me na

obrigação de fazer uma denúncia, chamando a atenção e pedindo o apoio de todos os srs. deputados, a fim de que o ministério da Saúde, de uma vez por todas, olhe para Santa Catarina, porque precisamos aumentar o número de leitos de UTI para salvar vidas.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. permite-me um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, quero dizer que concordo com o teor do seu pronunciamento, na medida em que afirma que o resultado da arrecadação de impostos está concentrado no poder central.

É verdade, esse processo foi sendo feito ao longo da história, principalmente nos anos 90, e isso precisa ser discutido. Porém, na minha avaliação, com os elementos de que disponho, isso foi feito justamente para garantir o pagamento da dívida pública. Segundo dados de 2009, de tudo o que se arrecada, 37% destinam-se ao pagamento da dívida pública.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado a v.exa. pelo importante aparte, pois o nosso país precisa discutir de maneira efetiva o pacto federativo, precisa encontrar caminhos para resolver essa injustiça, uma vez que prefeitos e governadores estão perto da população, sabem melhor aplicar os recursos públicos e são muito bem fiscalizados, inclusive pela própria comunidade.

Tenho certeza, deputados, de que um novo pacto federativo ajudaria, e muito, a diminuir a corrupção que diariamente vemos estampada por toda a imprensa nacional.

Obrigado pela oportunidade, nobre presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Dividirão os 15 minutos do partido os deputados Manoel Mota e Romildo Titon.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de fazer um convite para que amanhã, às 7h, compartilhem de um trabalho da Rádio 102.9, da Rede Amorim, em Morro dos Conventos, que visa mobilizar toda a população para reivindicar a construção da Interpbraias.

Há 28 anos luto nesta Casa em prol da construção da Interpbraias. Quando fomos prefeito de Araranguá essa foi a nossa primeira bandeira e por isso criamos uma empresa chamada Sulcatur, que tinha o objetivo de trabalhar em prol dessa obra, a fim de mostrar o potencial ilimitado que o sul de Santa Catarina tem, mas que fica escondido. E é justamente a Interpbraias que vai fazer com que Santa Catarina, o Rio Grande do Sul, alguns países do Mercosul e o Brasil como um todo descubram um maravilhoso potencial de belezas naturais.

E depois de muitas lutas conseguimos iniciar novamente o trabalho envolvendo a força política do sul do estado. O deputado José Milton Scheffer, que acabou de sair da tribuna, sabe que amanhã temos um compromisso. Já convidei os deputados Dóia Guglielmi, José Nei Ascari, Joares Ponticelli, Valmir Comin e Altair Guidi, pois somos a força do sul para buscar alternativas para o desenvolvimento que gera emprego e renda e não polui, o turismo.

Lutamos muito para conseguir a instalação de uma indústria que gera emprego, é verdade, mas que às vezes também gera problemas. Já o turismo tem a vantagem de gerar emprego, desenvolvimento, qualidade de vida e

não poluir. Por isso, é importante lutarmos além do limite por essa obra que vai permitir o desenvolvimento da nossa região inteira.

Assim, amanhã daremos continuidade a esse trabalho já realizado em Passo de Torres. A rádio já se instalou em Morro dos Conventos e serão duas horas de divulgação, de trabalho, com a presença maciça de prefeitos, de vereadores, de lideranças. Estarão lá o deputado José Milton Scheffer, este deputado, e convidado também os demais deputados do sul de Santa Catarina. V.Exa., deputado Volnei Morastoni, que é de Itajaí, da região litorânea, será uma honra tê-lo ajudando-nos com toda a sua experiência de ex-prefeito.

Santa Catarina tem que viver um novo momento. Antigamente o que acontecia? Um deputado lutava por uma obra e outro parlamentar tentava impedir, para ficar com os méritos somente para si. Hoje, não. Hoje temos outra mentalidade, outra visão, ou seja, unimos forças para melhor atender à população e com isso todos ganham e a população é a maior vitoriosa.

Então, é em cima disso que estamos trabalhando. Fizemos o primeiro encontro em Passo de Torres e foi espetacular! O segundo foi em Balneário Gaivota e também foi espetacular, com a presença de prefeitos, vereadores, empresários, lideranças; na sexta-feira passada fizemos em Arroio do Silva e a partir de amanhã, das 7h até as 9h, em Morro dos Conventos, a praia mais linda de Santa Catarina, realizaremos mais um encontro visando dar um impulso à construção da Interpraias. Que me desculpem os companheiros, mas o morro, as dunas, enfim, a paisagem de Morro dos Conventos é fantástica. Além disso, tem toda a estrutura para ser a praia modelo de Santa Catarina.

Na próxima sexta-feira o encontro será em Balneário Rincão, depois em Jaguaruna e em Laguna. O deputado José Milton Scheffer não conseguiu comparecer, mas fiquei arrepiado com a entrega dos primeiros 20km, que foram o pontapé inicial para a construção da Interpraias. Eles foram entregues no Farol da Santa Marta e foi um negócio de arrepiar porque lutamos muito!

Deputado José Milton Scheffer, nosso companheiro do sul, estamos trabalhando juntos para buscar uma alternativa para desenvolver cada vez mais a nossa região. Foram muitos os investimentos na região serrana e na região sul, que eram as duas mais pobres do estado. Estamos tentando levar muitas empresas, bem como verificando a possibilidade de instalação de uma montadora, para que possamos sair desse estágio e ir para uma situação de igualdade com as demais regiões de Santa Catarina.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Agradeço e cumprimento o nobre deputado Manoel Mota, que discorre sobre um tema que incorpora, inclusive, a sua pessoa, pelas lutas que tem tido ao longo dos seus mandatos em prol dessa obra, que é um sonho de todos os catarinenses, especialmente do extremo sul. Reconhecemos o seu trabalho, a sua garra e, acima de tudo, a sua perseverança na caminhada para a implantação da Interpraias que, como já disse, é a continuação da Estrada do Mar, do Rio Grande do Sul.

A ponte do Passo de Torres, após muita luta da sua parte, já se encontra concluída e agora, com esse trecho iniciado em Laguna, todos nós, do extremo sul, sentimos no direito de reivindicar que o próximo trecho seja licitado pelo menos de Passo de Torres até a nossa querida Araranguá, para que possamos criar uma nova opção de turismo em Santa Catarina.

Hoje, estamos com toda a infraestrutura dos municípios pronta aguardando apenas a Interpraias, para que o extremo sul tenha realmente um maior desenvolvimento. Estamos juntos com v.exa. nessa caminhada. É uma luta justa, necessária, que vai, sem dúvida nenhuma, propiciar muitos benefícios para o turista, para quem vive do turismo, mas, acima de tudo, para o povo do extremo do sul, que precisa e merece essa obra.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigada pelas palavras, deputado José Milton Scheffer, e incorporo-as ao meu pronunciamento.

Peço ao eminente deputado Romildo Titon que assumo o restante do tempo, pois com certeza tem assuntos importantes a tratar. Somos do sul e v.exa. é do meio-oeste catarinense; um luta pela BR-101 e outro, pela BR-282. Vamos ver qual das rodovias será concluída em primeiro lugar, deputado Romildo Titon.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Romildo Titon, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, srs. deputados, o deputado Manoel Mota, todas às vezes em que ocupa a tribuna, não se cansa de batalhar pela BR-101 e nós, do meio-oeste catarinense, que tínhamos uma luta pela conclusão da BR-282, dizíamos sempre em tom de brincadeira ao deputado Manoel Mota que assim que terminássemos a BR-282 iríamos dar uma mão na BR-101. Acho que agora vamos poder ajudá-lo.

Farei, srs. deputados, uma pequena e breve reflexão, porque o meu tempo está muito limitado, sobre algo que foi o tema principal do Brasil nesses últimos dias e que encerrou o primeiro ciclo há dois dias, na Câmara Federal, com a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro.

Em Santa Catarina acompanhamos atentamente a tramitação do CFB até por termos sido o primeiro estado a implantar o novo Código Ambiental, que encerra questões que causam profundas preocupações ao setor produtivo, àqueles que sobrevivem da terra, principalmente nos estados que sobrevivem da agricultura e que têm um interesse muito grande com relação às questões ambientais.

Foi uma matéria que teve discursos acirrados, mas na votação o texto do deputado Aldo Rebelo, que se tornou um mito nessa área, pelo debate conciliador e pela coragem de enfrentar esse tema polêmico, obteve uma aprovação folgada: 410 votos favoráveis contra 68 votos contrários.

A maior disputa ocorreu na votação da Emenda n. 164, de autoria de alguns deputados do PMDB, que dá aos estados autonomia para o regramento de diversas questões ambientais, fato que coincide com o que aprovamos no nosso Código Ambiental.

Deputado Sílvio Dreveck, constatamos que o teor do nosso Código Ambiental coincide em muitas questões com o Código Florestal Brasileiro, principalmente na questão das áreas consolidadas. As servidões ambientais que trouxemos como novidade para o nosso Código prevaleceram no Código Florestal Brasileiro. Também as áreas de interesse social estão previstas nos dois documentos legais, sendo que a produção de larga escala também prevaleceu praticamente como no texto de Santa Catarina.

Quanto às atividades de utilidade pública, foi o único texto que ficou um pouco diferente. O texto das APPs ficou distinto também do nosso estado, continua de 30m a 500m de área, com exceção das áreas onde os rios

alcançam até 10m apenas, onde ficaria 15m de APP, sendo que o nosso texto legal fala em cinco metros, a partir da largura de cinco metros do rio.

A novidade maior que beneficia todos os produtores é que a partir de agora será contada a largura da APP a partir do leito regular do rio e não da beirada do rio, como era considerado anteriormente. Isso para quem está próximo de um rio com uma largura bastante grande soma muito.

Quanto à reserva legal, que era um dos temas principais, permite que o agricultor que tenha até quatro módulos e que estava explorando em regime familiar, mantenha essas áreas como reserva legal.

Numa outra oportunidade faremos aqui um comentário maior sobre essa questão que envolve sensivelmente Santa Catarina e que é de interesse de todos.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, gostaria de, inicialmente, registrar a presença dos alunos da Escola Estadual Básica Visconde Taunay, do município de Blumenau, acompanhados da professora Tânia. Quem sabe dentre esses alunos esteja algum futuro parlamentar, alguém que um dia possa ocupar uma cadeira nesta Casa.

Quero agradecer a presença de todos. Sejam bem-vindos a este plenário.

Quero dizer também, sr. presidente, e aproveito o ensejo na condição de líder de governo *ad hoc*, para esclarecer que ontem, nesta Casa, havíamos feito um acordo de que iríamos, um deputado de cada bancada, pelo menos os líderes, fazer uma visita ao governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira. Contudo, no final da sessão, até para deixar a questão bem clara, deputado Manoel Mota, para não haver nenhuma distorção, em nova conversa com os líderes, houve o entendimento de deixarmos esse assunto para a próxima terça-feira, a fim de tentarmos uma conversa diretamente com o governador Raimundo Colombo. Esse assunto, então, ficou sem definição e deveremos voltar a discuti-lo na próxima terça-feira.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero, com muita honra, registrar a presença da prefeita Janaína Silveira Scheffer, de Passos de Torres, juntamente com o prefeito Eclair Alves, de Timbó do Sul. É uma honra recebê-los neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Também quero dar as boas-vindas aos alunos da Escola Municipal Padre Martinho Stein, do município de Timbó, que estão em visita a este Parlamento. Sejam bem-vindos e quem sabe não tenhamos lá na frente um representante daquela cidade nesta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero cumprimentar os deputados que estão presentes na sessão desta manhã e dar as boas-vindas aos alunos da escola municipal de Timbó.

Quero dizer inicialmente, deputado Jean Kuhlmann, da visita que fizemos na última segunda-feira ao complexo do Baú, uma região que

foi, deputado Kennedy Nunes, v.exa. já esteve lá também, extremamente prejudicada pela calamidade de 2008, com a perda, inclusive, de 35 vidas. Por isso, esta Casa tem a obrigação moral de acompanhar de perto todas as obras e serviços de recuperação daquela área.

Chamou-nos a atenção algumas informações, deputado Jorge Teixeira. Para restaurar a região do complexo do Baú, no município de Ilhota, seriam necessários R\$ 60 milhões, mas de fato chegaram à região apenas R\$ 12 milhões do governo federal, estadual, da Defesa Civil - inclusive recursos dos cidadãos catarinenses que contribuíram para o fundo - e do município.

Percorremos a região por cerca de três horas, todo o complexo do Baú e a conclusão a que chegamos é desanimadora, deputado Volnei Morastoni: foi feito pouco e o pouco que foi feito já caiu. Três pontes já caíram, uma, inclusive, construída no mês de janeiro! Eu não sei se não existe engenheiro naquela região, não sei o que acontece. Pontes foram levantadas em cima de areia movediça e estão lá sem condições de tráfego, duraram somente 20 dias. Então, mais uma vez acho que cabe a esta Casa cumprir o seu papel de fiscalizar.

Esteve conosco o secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, que ficou também bastante chateado com aquela situação, mas mostrou a imediata disposição de fazer um levantamento sobre o que de fato está acontecendo.

Existem algumas obras que estão sendo tocadas pelo município, outras são de responsabilidade do estado e algumas são de responsabilidade da união. Mas não importa, é dinheiro público, é dinheiro do contribuinte e é preciso que efetivamente o Deinfra comande toda a fiscalização e chame à responsabilidade quem de fato precisa responder por aquelas obras no complexo do Baú.

Deputado Kennedy Nunes, acompanhei o discurso de v.exa. sobre o *kit gay*. Inclusive, pude ouvir algumas entrevistas, através do rádio, quando vinha de Blumenau para cá, pois são praticamente duas horas de viagem.

Nobre deputado, apresentamos um requerimento, que foi aprovado por esta Casa, solicitando ao ministério da Educação explicações sobre esse *kit*, pois sofremos muita pressão das pessoas querendo saber o que está acontecendo, mas de fato não havia nada de oficial do ministério da Educação sobre o assunto.

Recebemos a seguinte resposta, da sra. Cláudia Pereira Dutra, secretária da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do ministério da Educação e Cultura:

(Passa a ler.)

"Sr. Deputado,

Em resposta ao ofício GP/DL/0058/2011, o qual faz referência ao requerimento RQS/0088.3/2011 de autoria do deputado Ismael dos Santos, solicitando remessa à Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina do 'kit contra homofobia', integrante do Projeto Escola Sem Homofobia, bem como a relação das escolas do estado de SC que deverão recebê-lo, informamos que: [...]"

Aí o ministério da Educação, oficialmente, dá cinco respostas. E quero aproveitar o discurso do deputado Kennedy Nunes de ontem para ratificar o que declinou desta tribuna.

(Continua lendo.)

"1 - O projeto tem por objetivo a implementação do Programa Brasil sem Homofobia/2006, por meio de ações de formação de professores e da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos voltados à promoção de

ambientes escolares que favoreçam a garantia dos direitos humanos

2 - Os materiais didáticos e pedagógicos que compõem o referido *kit* estão em fase de conclusão, não tendo sido, portanto, iniciada sua produção."

Aí me parece que começa a mentira, deputado Kennedy Nunes, porque pelas informações que recebemos o ministério da Educação investiu no projeto R\$ 2 milhões, dinheiro do contribuinte brasileiro.

(Continua lendo.)

"3 - Com relação à distribuição, será definida a partir da conclusão do material e do processo de formação na área.

4 - Após concluída a elaboração do material, terá início a sua produção, não sendo possível a disponibilização do mesmo.

5 - No que se refere à relação de escolas que deverão recebê-lo, informamos que não foi ainda definida a distribuição do material."[sic]

Isso não é verdade, a distribuição já tinha sido iniciada há muito tempo.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - O que mais me espanta nesse assunto é a cara de pau do ministro da Educação que, em rede nacional, falou para as bancadas evangélica, católica e para a Frente Parlamentar em Defesa da Família que não tinha conhecimento desse material, que não sabia do que estavam falando.

É muita cara de pau fazer um papelão desses! Ainda bem que a sociedade se movimentou através dos seus representantes, ainda bem que vazou esse material e conseguimos segurar, fazendo com que a escola não assumisse esse papel, porque isso é função da família.

Não tinha conhecimento da resposta a esse requerimento de sua autoria, deputado, mas v.exa. está de parabéns! Isso prova que o ministro Fernando Haddad mentiu para a sociedade.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Nobre deputado, quero mais uma vez parabenizar v.exa. pelo depoimento que fez ontem.

Srs. deputados, neste exato momento a presidente Dilma Rousseff está reunida com os ministros da Educação, da Saúde e com a ministra dos Direitos Humanos para discutir a questão do *kit gay*. Ela disse ontem, em rede nacional, que recuou na proposta porque achou inapropriada a produção daquilo que assistiu do *kit gay*. Essas foram as palavras da presidente da República. Imagino que a pressão das bancadas e da sociedade deve tê-la feito recuar.

Espero que a reunião de hoje seja pelo menos para abrir o debate. Por que esconder da sociedade brasileira o que está acontecendo? Disponibilizem o material. Vamos analisar. Todos os parlamentares aqui são contra a homofobia. Se você tem uma índole, uma filosofia, uma proposta sexual, você segue da maneira que quiser. Mas não podemos fazer das escolas públicas uma ferramenta para direcionar, nortear a opção sexual dos nossos filhos. Isso compete à família. Como bem disse o deputado Kennedy Nunes, é responsabilidade da família. A escola precisa preocupar-se, sim, com outras questões e, sobretudo, deve procurar formar uma geração que saiba de fato conduzir este país, seja na área pública seja na área privada. E não entrar nessa perspectiva de um *kit* destinado a induzir as crianças a opções sexuais.

Era isso o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos

Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Peço ao deputado Jailson Lima que assuma a Presidência a fim de que possa manifestar-me da tribuna

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, estava prestando muita atenção no que o deputado Ismael dos Santos comentava, porque ontem acompanhei atentamente esse caso do *kit gay*. Essa denominação, inclusive, foi dada pela bancada evangélica. Há outros segmentos que chamam de *kit anti-homofobia*. Mas *kit gay* pegou, porque é um termo mais pesado, chocante. Mas chamaram de *kit anti-homofobia* porque num primeiro momento se entendeu que iria ajudar os alunos das escolas a não discriminarem as pessoas que têm essa opção.

Esse *kit gay* está em exposição no Youtube. E olhando atentamente o material acho que faltou bom senso por parte de quem é responsável pela educação neste país de liberar para as escolas esse tipo de material. Se não fossem as bancadas religiosas do Parlamento, a evangélica e a católica, com certeza esse material teria sido difundido e alastrar-se-ia pelas escolas públicas deste país, tentando colocar na cabeça dos jovens, crianças e pré-adolescentes que isso é a coisa mais natural do mundo.

Enquanto isso, lutamos tanto para educar nossos filhos. Embora já esteja na fase dos netos, há ainda aqueles que lutam, hoje, para dar educação aos seus filhos, neste mundo tão conturbado, tão cheio de desvios. E aí vem mais um material desses, que ao invés de ajudar acaba prejudicando, assim como faziam as novelas brasileiras, porque hoje não há uma novela na televisão que não tenha uma pessoa desse segmento.

Não tenho nada contra! Pelo contrário, até no meu meio de trabalho há pessoas com essa opção. Não tenho nada contra - e jamais teria - desde que também não me atinja. Mas entendo que deveria haver uma forma de orientar as crianças de uma maneira mais sensata, de uma maneira um pouco mais para o lado religioso, dos bons costumes, da família, do que simplesmente escancarar e dizer que é uma coisa muito natural.

É uma coisa difícil de expressar, de falar. Vão dizer: "O Nilson é contra!" Não é nada disso! O que queremos é bom senso, discernimento dentro dos bons costumes. Entendo assim, deputado Ismael dos Santos!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Quero apenas somar ao seu discurso, pois acho que bom senso é a palavra mais adequada para este momento. Entendo que com o *kit gay* eles erraram na dosagem. Com medicamento é assim, quando se erra na dosagem vira veneno.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Acredito que se deva dar uma repaginada e depois trazer de volta. Talvez em doses homeopáticas, como acabou de dizer o deputado Ismael dos Santos. Acho que pegaram o vidro do remédio e quiseram dar tudo de uma vez. Agora, se for aplicado em doses homeopáticas, acho que se vai chegar ao principal objetivo, que é a conscientização.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Permita-me fazer um acréscimo ao seu pronunciamento. Estava dizendo anteriormente ao deputado Ismael dos Santos que a preocupação do governo tem sido tão grande com relação às questões das diferenças entre as pessoas, mas o erro está justamente na dosagem. Ou seja, na forma como é aplicado o remédio. O governo, ao invés de se preocupar em criar o respeito entre as pessoas, está justamente instigando o desrespeito, está fomentando a criação da diversidade. E isso o governo não pode fazer, o governo erra nesse sentido.

Entendo que v.ex.a. tocou no cerne da questão, o respeito. Precisa ser encontrada uma medida para que não se crie, através do exagero, o desrespeito à situação de cada um. Cada qual tem a sua opção individual, mas temos que respeitar o bom senso do coletivo. É a mesma coisa que aquele livro da educação que ensina de forma errada aquilo que na verdade não poderia ser ensinado.

O governo exagerou na dose e faltou bom senso. Às vezes até acho que falta um pouco de espiritualidade para algumas pessoas.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - E na questão da cartilha do MEC também erraram na dose, como diz o ditado. Se formos analisar mais a fundo, veremos que existe certo sentido no

que eles pretendem. O erro, porém, foi a forma como quiseram colocar. Está havendo equívocos nesse sentido. O objetivo final está correto, mas a forma como estão conduzindo é o grande problema.

Aproveitando este um minuto que me resta, gostaria de comunicar a v.ex.as. que lastimavelmente Santa Catarina está na rota do oxi, a nova droga aterradora, assustadora, apreendida no sul do estado, no dia de ontem. Para quem não sabe o que é o oxi, trata-se de um derivado da cocaína, misturada com querosene, com cal virgem e uma série de coisas, e a pessoa que a inala tem um ano de vida no máximo!

Infelizmente, como disse, essa droga já chegou ao nosso estado!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos seguintes Ofícios n.s.: 0034/2011; 0038/2011; 0064/2011; 0094/2011; 0101/2011; 0121/2011; 0122//2011; 0133/2011; 0302/2010; 0478/2010 e 0491/2010, todos de entidades sociais apresentando relatório de atividades.

A Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 0635/2011, de autoria do deputado Edison Andriano; 0636/2011,

de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0637/2011, de autoria do deputado Dado Cherem.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, a Presidência informa que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 46ª Sessão Ordinária, de 31/5/2011:

Discussão e votação em turno único do PL n. 0132/2011, de origem governamental;

Discussão e votação em primeiro turno da PEC n. 0013/2010, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera;

Discussão e votação em primeiro turno dos PLs n.s.: 0111/2011, de autoria do deputado Romildo Titon; 0139/2011, de autoria Edison Andriano; 0372/2010, de autoria do deputado Gilmar Knaesel; e 0606/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, na cidade de Gaspar, em homenagem à Paróquia São Pedro Apóstolo pela passagem dos seus 150 anos.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 003ª SESSÃO SOLENE

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM AO SESQUICENTENÁRIO DA PARÓQUIA SÃO PEDRO

APÓSTOLO DE GASPAR

SOLICITAÇÃO DEPUTADOS

JEAN KUHLMANN E ALDO SCHNEIDER

SUMÁRIO

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Ressalta que os 150 anos de história da Paróquia São Pedro Apóstolo, de Gaspar, retratam o crescimento do povo da região e o surgimento das comunidades.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Mostra-se honrado em promover a sessão solene e observa que o trabalho movido pela fé abriu oportunidades e gerou desenvolvimento para Gaspar.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Realça que a homenagem é um pequeno ato de demonstração de respeito à história e à preservação da cultura religiosa que se fortaleceu no médio vale do Itajaí.

PREFEITO PEDRO CELSO ZUCHI - Agradece, em nome da cidade, às homenagens e o trabalho da Paróquia de São Pedro Apóstolo.

FREI GERMANO GUESSER - Discorre sobre a criação e o desenvolvimento da paróquia e destaca o comprometimento da comunidade de Gaspar sempre de prontidão a ajudar a igreja.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Neste momento, convocamos as seguintes autoridades para comporem a mesa:

Excelentíssimo senhor deputado Aldo Schneider;

Excelentíssima vice-prefeita de Gaspar, senhora Mariluci Deschamps Rosa;

Excelentíssimo senhor vice-presidente da Câmara Municipal de Gaspar, neste ato representando o presidente da Câmara Municipal, vereador Luis Carlos Spengler Filho;

Excelentíssimo senhor deputado Maurício Eskudlark;

Reverendo padre João Bachmann, pároco da Catedral Apóstolo de Blumenau, neste ato representando sua excelência reverendíssima dom José Negri;

Reverendo pároco da Paróquia de São Pedro Apóstolo, de Gaspar, frei Germano Guesser;

Excelentíssimo procurador-geral do município de Gaspar, senhor Mário Wilson da Cruz Mesquita;

Excelentíssimo conselheiro Laércio Moritz, do Conselho do Desenvolvimento Regional, que neste ato representa o secretário de Desenvolvimento Regional de Blumenau, Lúcio César Dib Botelho;

Major PM Moacir Gomes Ribeiro, comandante da 3ª Companhia do 18º Batalhão da Polícia Militar do município de Gaspar.

A presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e do deputado Aldo Schneider, aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Paróquia São Pedro Apóstolo, de Gaspar, pela passagem dos seus 150 anos.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pela Banda do Clube Musical São Pedro, sob a regência do maestro Jackson Luiz Markezini.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Gostaria de registrar a presença das seguintes autoridades:

Senhora Ivete Maфра Hammes, que neste ato representa o deputado federal Rogério Mendonça;

Senhor Luis Carlos Spengler, ex-prefeito do município de Gaspar, que neste ato representa o deputado federal Esperidião Amin;

Vereador Kleber Edson Wan-Dall;

Vereador José Amarildo Rampelotti;

Vereador Raul Schiller;

Vereador Laércio José Krauss;

Vereador Antônio Carlos Dalsochio;

Ex-vereador Celso Oliveira;

Ex-vereador Pedro Schmidt;

Delegado da Polícia Civil, Ademir Serafim;

Senhor Lovídio Carlos Bertoldi, diretor-presidente do Samae de Gaspar;

Senhora Érica da Silva, presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer;

Senhor Flávio da Silva, presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar, a nossa querida Apae;

Senhor Adilson Luiz Schmidt, gerente de Bens e Imóveis do Deinfra;

Senhor Clarindo Fontani, coordenador do Conselho Paroquial Comunitário - CPC;

Senhor Walter Morello, presidente municipal do PMDB;

Frei José Bertoldi;

Senhor Euclides Rampelotti, presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Terezinha;

Professor Aloir Spengler, neste ato representante o magistério de Gaspar;

Senhor Nivaldo Schmidt.

Gostaria ainda de convidar para compor a mesa a primeira-dama do município de Gaspar, sra. Liliane Zucki, em nome de quem cumprimento todas as mulheres presentes. Da mesma forma, convido para compor a mesa o prefeito de Gaspar, sr. Pedro Celso Zucki;

Gostaria também de registrar e agradecer a presença das seguintes personalidades:

Senhor Rogério Olinguer, inspetor do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea -, de Brusque;

Senhor Carlos Alberto Barbacovi, presidente da Associação de Moradores de Sertão Verde, de Gaspar.

A seguir teremos a exibição de um vídeo institucional.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

Neste momento, convido o eminente deputado Aldo Schneider para que assuma a condução dos trabalhos, para que este deputado faça uso da palavra, na qualidade de um dos autores do requerimento que ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero cumprimentar o deputado Aldo Schneider; o prefeito Pedro Celso Zucki; a vice-prefeita Mariluci Deschamps Rosa; o vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Luiz Carlos Spengler, em nome de quem cumprimento os demais vereadores presentes.

Cumprimento também o deputado Maurício Eskudlark, que nos honra com sua presença; o procurador-geral do município, Mauro Mesquita; o conselheiro da SDR, que representa o secretário Regional, Cesar Botelho; o sr. Laércio Moritz; o major Moacir Gomes Ribeiro.

Da mesma forma, estendo os meus cumprimentos ao padre João Bachmann e ao frei Germano Guesser, assim como a cada um dos senhores e cada uma das senhoras presentes nesta sessão solene.

Queria confessar-lhes que em poucas palavras é muito difícil expressar, deputados, a grandeza desta comunidade.

Quando o meu amigo Antônio Pedro Schmitt me procurou e sugeriu a homenagem, em seguida fui conversar o presidente, tendo o deputado Aldo Schneider prontamente se prontificado a assinar o requerimento e a conversar com os demais colegas.

Fiquei pensando e curioso em conhecer a história da Freguesia, em conhecer a história, padre João Bachmann e frei João Germano Guesser, a história que nos fez chegar a este momento.

Com certeza, trata-se de uma comunidade responsável pela colonização, pela organização, pela educação, pela saúde, enfim, pelo desenvolvimento de Gaspar. Com certeza a Paróquia São Pedro Apóstolo é uma das grandes responsáveis por Gaspar orgulhar o estado de Santa Catarina, não somente pelo seu desenvolvimento, mas, acima de tudo, pelas pessoas que a compõem, porque uma grande comunidade se forma com a essência das pessoas que a compõem. E essas pessoas

precisam de um direcionamento, precisam de um caminho, e nenhum caminho será positivo se for longe de Deus.

A Freguesia de São Pedro Apóstolo chegou a estas terras antes do poder público, que somente se instalou após a comunidade religiosa. E ela começou a ordenar o crescimento, a organizar, a unir as pessoas e hoje estamos aqui graças, não apenas ao padre Gattone, que iniciou o processo. Talvez ele não imaginasse que hoje estaríamos aqui comemorando os 150 anos de uma cidade tão bonita e organizada. Acredito que nem ele imaginava que a cidade seria hoje o que é, ainda com muitos desafios a superar na questão da infraestrutura, mas com um povo ordeiro, um povo trabalhador, um povo organizado, srs. deputados, um povo que respeita sua tradição, sua origem, e é isso que faz Gaspar ser diferente. E é por isso que os deputados, por unanimidade, aprovaram a realização desta sessão e trouxeram a Assembleia Legislativa a este município.

Algumas pessoas me questionaram: mas por que a sessão não foi na sede do Parlamento catarinense? Por que a sessão solene foi aqui, em Gaspar? Porque é uma homenagem da Assembleia Legislativa à comunidade que deu origem a cidade, à comunidade que orgulha o estado de Santa Catarina.

Por isso, quero parabenizar todos pelo orgulho que esta comunidade representa para Santa Catarina e parabenizar cada um por haverem construído Gaspar do jeito que ela é. Com certeza, ninguém faria isso sozinho, isso se fez graças à unidade, isso se faz porque houve um direcionamento com respeito a Deus e com respeito ao ser humano.

É dessa forma que se constrói uma grande comunidade, e é dessa forma que esta freguesia, a Paróquia São Pedro Apóstolo, merece a homenagem da Assembleia Legislativa. É por isso que os deputados estaduais homenageiam, parabenizam e desejam muito sucesso à paróquia, porque o sucesso da paróquia representa o sucesso da comunidade. É através desse sucesso que vamos continuar tendo, em Gaspar, um exemplo de comunidade que orgulha todos os catarinenses.

Por isso, parabeno desde o mais humilde até aquele que, de repente, fez a doação de algo para a comunidade. Não importa o quanto cada um ajudou, o que importa é a vontade de ajudar, e é isso que faz da Paróquia São Pedro Apóstolo um exemplo para Santa Catarina.

Parabéns e obrigado pelo exemplo!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Jean Kuhlmann, pelo seu pronunciamento que, com certeza, ficará gravado nos anais da história desta comunidade e do Parlamento de Santa Catarina.

Neste momento, devolvo a condução dos trabalhos ao deputado Jean Kuhlmann.

O DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Neste momento, gostaria de convidar para fazer uso da palavra o deputado Aldo Schneider, que também é autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Prezado deputado Jean Kuhlmann, um dos propositores desta sessão solene que, neste momento, estamos realizando na cidade de Gaspar. Em seu nome, saúdo toda a Assembleia Legislativa, o sr. prefeito municipal, Pedro Celso Zuchi, e em nome do prefeito, a sra. vice-prefeita e todos os servidores deste município. Saúdo ainda o vereador Luis Carlos Spengler Filho, vice-presidente da Câmara Municipal de Gaspar, que neste ato representa a Câmara Municipal. Saúdo também o sr. Mário

Wilson da Cruz Mesquita, procurador-geral desta cidade, o eminente conselheiro Laércio Moritz, do Conselho de Desenvolvimento Regional; saúdo o major PM Moacir Gomes Ribeiro, comandante da 3ª Companhia do Batalhão da Polícia Militar; e saúdo o padre João Bachmann, pároco da Catedral São Paulo Apóstolo de Blumenau, neste ato representando a s.exa.revma. dom José Negri. Por fim, mas não menos importante, quero cumprimentar frei Germano Guesser, que neste momento atua como pároco da Paróquia São Pedro Apóstolo.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar todas as autoridades, a sociedade, a banda, o coro misto todos os convidados que atenderam ao convite da Assembleia Legislativa para estarem aqui, neste momento, para que todos possamos reverenciar Gaspar e, em especial, a Paróquia São Pedro Apóstolo.

Gostaria de dizer a todos vocês que a proposição aprovada pela Assembleia Legislativa, proposta por mim e pelo deputado Jean Kuhlmann, nada mais é do que uma justa homenagem a uma comunidade que compõe o estado de Santa Catarina. E essa comunidade, através dos anos, conseguiu organizar-se de uma forma tal que neste momento todos podemos ser atores dessa história de desenvolvimento.

Voltando no tempo 150 anos, estaremos exatamente naquele momento em que algumas pessoas e algumas lideranças tiveram a capacidade, capitaneadas pela Igreja Católica, de organizar uma sociedade na esfera do trabalho, na esfera do lazer, na esfera da fé. Não tenho dúvida de que a fé deu um rumo a todos os gasparenses e a todos os residentes do vale do Itajaí, pois a Paróquia São Pedro Apóstolo foi a primeira a ser construída em todo o vale.

Então, não tenho nenhuma dúvida de que naquele momento as nossas autoridades, as pessoas que estavam exercendo as suas funções espirituais, conduziram com perfeição a comunidade ao rumo certo, que é o rumo do trabalho, da esperança, do lazer e, acima de tudo, ao rumo da compreensão mútua, porque é através da compreensão mútua que conseguimos transformar qualquer ambiente.

Então, gostaria de dizer ao sr. Clarindo, que é o presidente do CPC, que, assim como ele, tantas outras pessoas, ao longo desses 150 anos, através do trabalho voluntário, juntamente com os párocos, conseguiram transformar nessa maravilha o templo da igreja São Pedro Apóstolo.

Eu, que fui adotado recentemente por algumas lideranças desta cidade no campo da política, que convivi e estou convivendo quase que semanalmente - evidentemente que o mesmo apelo que o deputado Jean Kuhlmann recebeu dos seus companheiros, recebi dos meus -, dirigi-me ao gabinete do deputado Jean Kuhlmann e solicitei-lhe permissão para subscrever o requerimento para que a Assembleia Legislativa aqui viesse comemorar e regozijar-se pelos 150 anos de história, de trabalho e, acima de tudo, de fé da Paróquia de São Pedro Apóstolo, de Gaspar.

Evidentemente, prefeito, que quando temos fé, quando temos o nosso coração voltado aos interesses da coletividade, é muito bom ter parceiros como a Igreja Católica e as demais igrejas. É muito bom ter parceiros para que, através dessa parceria, possamos chegar naquele que mais precisa, fazendo um trabalho como o da Conferência Vicentina, que chega aos mais carentes. É muito bom quando nós, que estamos na gestão pública, que exercemos cargos eletivos, podemos contar com esses braços organizados da sociedade catarinense.

Então, hoje estamos aqui, este deputado, o deputado Jean Kuhlmann e o deputado Maurício Eskudlark, para render todas as homenagens do Parlamento de Santa Catarina para o povo guerreiro de Gaspar que, indiscutivelmente, quando da sua chegada, pautou-se no tripé: trabalho, lazer e fé. E a fé, com certeza, removeu todos os obstáculos que se apresentaram para que, neste momento, estejamos juntos usufruindo de uma sociedade organizada.

Para encerrar a minha fala, reitero a razão da realização desta sessão solene da Assembleia Legislativa em Gaspar: render homenagem às pessoas que realmente fizeram a história da cidade e que construíram a freguesia de São Pedro Apóstolo.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Parabéns por suas palavras, deputado Aldo Schneider.

Convido agora para usar a palavra o eminente deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero saudar todos os presentes e agradecer a Deus por este momento especial para todos nós.

Saúdo o eminente deputado Jean Kuhlmann, que é uma grande liderança do estado de Santa Catarina, e parabeno-o pela iniciativa. Trata-se de um deputado de grande ponderação, nosso conselheiro e grande mestre na Assembleia Legislativa.

Saúdo o deputado Aldo Schneider, nosso amigo, que tem sido, entre os novos deputados, a grande revelação, pois é um parlamentar dinâmico e Santa Catarina tem muito a ganhar com o seu trabalho.

Quero, em nome das demais autoridades, fazer uma saudação especial a todos os religiosos que aqui estão no dia hoje.

Quando cheguei, subi a escadaria com um religioso. Há pouco perguntei quem era e disseram-me que seu nome é frei Beppi, um exemplo de humildade. Ao ser entrevistado para a revista especial do sesquicentenário, frei Beppi disse que faria tudo de novo. Que bom olharmos o caminho percorrido e sentir orgulho do que foi feito.

Hoje, lembrei-me com carinho da minha história, porque fui coroinha, fui sacristão, frei Beppi, ainda na Paróquia Santa Cruz, de Canoinhas, com frei Henrique Müller, que depois se tornou bispo.

Então, tenho grandes lembranças e orgulho-me quando vejo o Coro Misto Santa Cecília, quando vejo a Banda do Clube Musical São Pedro, composta por bisavô, avô, filho e neto. Além disso, vejo pessoas eminentes da sociedade de Gaspar, ex-prefeitos, todos ensinando que a religiosidade, o respeito e o carinho representam tudo na vida das pessoas.

Por isso quero parabenizar essas ilustres figuras que participam do trabalho religioso, como também todos os participantes do Coro Misto Santa Cecília.

Hoje estou aqui como deputado, mas vim como convidado do meu particular amigo, deputado Aldo Schneider, e do delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina, Ademir Serafim. Tenho grandes amigos que muito se orgulham de ser gasparenses. Até estava lembrando-me, delegado Ademir, do delegado Paulo Coelho, nosso amigo, cujo maior sonho era gastar R\$ 1 milhão que o prefeito tem guardado para construir uma nova delegacia.

(Palmas)

Conversava com o delegado Ademir Serafim esses dias acerca das dificuldades da construção da primeira estrada entre Gaspar e Blumenau. Hoje, o grande sonho dos gasparenses é diminuir os acidentes nas estradas com a

duplicação da BR-470, além da construção de uma nova ponte, como disse o delegado Ademir Serafim. E esta cidade merece!

(Palmas)

Então, São sonhos, São desejos, frutos da nossa fé e da nossa religiosidade, o que é muito importante. Todos os dias agradeço a Deus. Quando estamos com alguma dificuldade pensamos que São provações, que São dificuldades que Deus coloca em nosso caminho para valorizar outros momentos.

Eu, como disse, engraxeí sapatos, fui coroinha, vendi picolé e hoje posso olhar para trás e dizer, frei Beppi: eu também faria tudo de novo. Pelo carinho que tenho com o povo catarinense, que Deus me permita continuar fazendo!

Deveria estar em Chapecó pela manhã, deputados Jean Kuhlmann e Aldo Schneider, mas mudei a passagem para hoje à noite a fim de alongar um pouco a minha presença neste importante evento. Contudo, peço permissão para sair antes, já que não poderia deixar de estar aqui neste momento, juntamente meus colegas da Assembleia Legislativa, eles que foram os autores da proposição da realização desta justa homenagem a Gaspar, à nossa querida Freguesia, a todos os religiosos, a toda comunidade e a toda família gasparense.

Muito obrigado pela oportunidade e que Deus ilumine todos nós!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Kuhlmann) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Parabéns pelas suas palavras.

Convido o prefeito municipal de Gaspar, sr. Pedro Celso Zuchi, para fazer uso da palavra.

O SR. PREFEITO PEDRO CELSO ZUCHI - Quero cumprimentar inicialmente o deputado Jean Kuhlmann e em seu nome cumprimento as demais autoridades que compõem a mesa, bem como a nossa comunidade aqui presente.

Quero parabenizar os deputados pela realização desta sessão solene em nosso município. Tenham certeza de que o povo gasparense não vai esquecer-se desta data.

Em poucas palavras, quero dizer que este vídeo institucional mostrou bem a luta do povo gasparense que há mais de 150 anos começou a construir esta bela cidade que temos hoje; mostrou também o quanto a nossa igreja foi importante nesse processo.

Continuamos nessa luta porque somos parceiros da nossa Igreja Matriz, que é motivo de orgulho para nós, gasparenses, porque é, sim, um cartão postal da cidade, como também, acredito, de toda a região do vale do Itajaí. Tenho certeza de que Deus e São Pedro foram generosos com a nossa cidade e com a região.

Assim, parabeno mais uma vez o trabalho que vem sendo feito por frei Germano, como também pelo presidente Clarindo, que vem dando continuidade àquilo que ao longo dos tempos vem sendo executado por pessoas que não mediram esforços para que hoje estejamos aqui desfrutando deste momento de confraternização.

Vamos ter agora, frei Germano, a festa de São Pedro e aproveito a oportunidade para convidar todos a comparecerem: o pessoal da região, de Florianópolis, de Blumenau. A verdade é que muitos nativos que aqui não moram mais, sempre vêm à festa de São Pedro, ocasião em que aproveitam para visitar os parentes.

Srs. deputados, a Banda São Pedro e o Coro Misto Santa Cecília moram em nossos corações. É um orgulho ter tão belas pessoas fazendo um trabalho voluntário tão lindo!

Parabéns a todos e muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Agradecendo ao prefeito, queremos lembrar o tripé colocado pelo deputado Aldo Schneider: trabalho, lazer e fé. Foi sobre ele que se construiu uma grande comunidade e é assim que queremos dar continuidade a essa realidade.

Convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Valter Souza) - A história da igreja e da cidade caminham juntas. A Paróquia de São Pedro Apóstolo comemora 150 de criação, data em que também foi criada a Freguesia de São Pedro Apóstolo, de Gaspar. Desses, 110 anos são de presença franciscana. Antes da criação da paróquia, o primeiro templo católico da cidade era uma pequena igreja, tornando-se hoje este belo templo de destaque em toda região e até mesmo para o estado de Santa Catarina.

Neste momento, o Poder Executivo catarinense presta homenagem à Paróquia São Pedro Apóstolo, de Gaspar, pela passagem do sesquicentenário de sua criação.

Convido os srs. deputados Jean Kuhlmann e Aldo Schneider, preponentes desta sessão solene, para fazer a entrega da homenagem em nome do Poder Legislativo catarinense ao sr. João Bachmann, pároco da Catedral São Paulo Apóstolo de Blumenau, representando s.exa.revma. dom José Negri.

Convido também o frei Germano Guesser, neste ato representando a paróquia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade à homenagem, o Poder Legislativo presta homenagem ao frei Germano Guesser, por seu trabalho evangelizador e sua atenção e atuação na área social, alicerçado nos ensinamentos de São Francisco de Assis, na busca por uma sociedade fraterna e igualitária.

Convido os deputados Jean Kuhlmann, Aldo Schneider e Maurício Eskudlark para prestarem a homenagem da Assembleia Legislativa ao frei Germano Guesser.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Peço, por favor, aos três deputados que permaneçam à frente para fazerem a entrega de cestas com produtos artesanais que foram doadas pela Cooper Gaspar.

A primeira cesta, do presidente da Câmara Municipal, será entregue ao deputado Gelson Merisio, presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Convido também para receberem a homenagem o vice-presidente da Câmara Municipal do município de Gaspar, juntamente com os deputados Jean Kuhlmann e Aldo Schneider.

A entrega será feita por Maria Salete Fantoni.

(Procede-se à entrega da cesta.)

(Palmas)

A segunda cesta será entregue ao deputado Jean Kuhlmann pela sra. Gertrudes Spengler.

(Procede-se à entrega.)

(Palmas)

A terceira cesta, ao deputado Aldo Schneider, será entregue pela sra. Jocenira Waltrick.

(Procede-se à entrega.)

(Palmas)

Muito obrigado e uma boa-noite!

(Palmas)

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - O nosso muito obrigado ao jornalista Valter Souza.

Gostaria, neste momento, de passar a palavra para aquela pessoa que, com certeza,

nos inspira e orienta-nos, que é o grande mestre desta noite, frei Germano Guesser.

O SR. FREI GERMANO GUESSER - Excelentíssimos srs. deputados Jean Kuhlmann e Aldo Schneider, autores do requerimento que ensejou a realização da presente sessão solene, e em seu nome cumprimento os demais deputados e autoridades aqui presentes.

Senhoras e senhores, paz e bem!
(Passa a ler.)

"No dia 25 de abril de 1961, a paróquia de Gaspar celebrou seu primeiro centenário. Naquela ocasião um cronista publicou um artigo no jornal *Luzeiro Mariano* com esta manchete: 'Gaspar Centenária e sua História'. E assim escreveu no prólogo: o povo de Gaspar, 'com justo orgulho poderá lançar um olhar retrospectivo sobre a sua história de 100 anos [...]'. Feliz Gaspar que, nesse maravilhoso 25 de abril, exultará de contentamento e não há dúvida de que daquelas milhares de almas fervorosas subirá aos céus um grande *Te Deum Laudamus*, a Ti Deus, Louvamos, a Ti agradecemos por tantas graças recebidas [...]. Feliz e abençoada Gaspar, orgulhosa e reconhecida podes entrar no teu segundo século de existência para conquistar mais graças e bênçãos do céu para a Igreja de Cristo no Brasil.'

Hoje, com orgulho duplicado, podemos repetir a jubilosa exclamação: feliz e abençoada Gaspar! Feliz e abençoada Gaspar porque essa igreja paroquial, comunidade eclesial de fé edificada sobre a pedra angular, ao longo dos seus 150 anos de história, professou sua fé no entusiasmo de São Pedro, seu padroeiro: 'Senhor, para quem iríamos nós? Só Tu tens palavras de vida eterna'.

Feliz e abençoada Gaspar porque essa comunidade paroquial, em 150 anos de história, ao acompanhar o crescimento do seu povo, multiplicou-se em comunidades de fé criando novos centros de irradiação e de evangelização. Comunidades edificadas por 'pedras vivas' que formam o verdadeiro 'edifício espiritual'.

Comemorar 150 anos hoje em dia é um grande feito. Feito esse que não só recorda nossa imensa capacidade de progredir e de construir juntos, como comunidade, nosso futuro, mas que também desafia valores hoje semeados por uma ideologia do descartável. Nossa comemoração é signo de força da perseverança e do trabalho árduo e em conjunto. Mas nada dura um século e meio sozinho. Gerações foram responsáveis não apenas pela manutenção, mas pela perene construção, cada dia renovando e atualizando não somente o prédio, mas a construção da comunidade de Gaspar, representada na Paróquia São Pedro Apóstolo. Não foram tijolos, foram tradições, não paredes, mas laços familiares erigidos sob a argamassa da fé. Fé que nos orienta, sustenta-nos, ilumina-nos. Fé que nos permite, nos momentos de dor, de

separação, de tristeza - senão desânimo! - dobrar os joelhos e, em prece, alimentar a esperança! Da fé e confiança surgiu esse projeto comunitário.

Olhando para esses 150 anos, como não recordar, com carinho, senão veneração, primeiramente, do padre diocesano Francisco Maximiliano Alberto Gattone, que cuidou, nos inícios dessa freguesia, hoje Paróquia São Pedro Apóstolo, mas depois de tantos frades que por ali passaram e deram a sua contribuição na construção dessa comunidade, desse templo. Mas não apenas! Não São poucas as comunidades que tiveram sua origem a partir do trabalho realizado pelos primeiros padres e frades que aqui trabalharam. A partir da freguesia de São Pedro, os padres partiram para evangelizar aquilo que hoje compreendemos como as regiões de Ilhota, Luis Alves, Barracão e, de certo modo, Blumenau. Quanto empenho! Quanta dedicação!

Para nós é difícil, hoje, imaginar o que significava o trabalho de evangelização nesse vale há 40, 60, 80, 100, 150 anos atrás! Índios, malária, matas, picadas, estradas de barro, andanças a cavalo, carroças. Como não recordar algumas figuras eminentes: padre Henrique Matz, frei Solano Schmitt, frei Godofredo Sieber, frei Otocar, frei Modesto, frei Jacinto, frei Pedro Sinzig, frei Bruno Linden, com fama de santidade, e tantos outros! E se puderam fazer algo em prol dessa terra é se porque encontraram incansáveis colaboradores: nossos pais, nossos avós. Mas nenhum deles, sozinho, significou ponto alto na história dessa comunidade.

A história humana não é feita pelos grandes sonhos, mas pelos que acreditam nos sonhos e comprometem-se a pagar o preço desses sonhos. Continuar caminhado, apesar de todas as dificuldades, é a marca dos heróis, dos gênios e dos santos. Continuar caminhado quando seria mais tentador e cômodo desistir é a marca das grandes personalidades.

Assim o 'zelo pela casa de nosso Pai' consome-nos, pois sabemos que Sua morada é em nossos corações. Corações que pulsam juntos num só ritmo, pois constituímos 'um só corpo' nessa igreja de comunhão.

Essa é a história da Paróquia São Pedro Apóstolo, construída por uma vigorosa comunidade da qual somos herdeiros. Essa é a nossa história, história de quem dela participou por 100, 50 ou cinco anos, mas que fez a sua parte, parte indispensável. É isso que comemoramos. Celebramos nesse jubileu cada dia, cada um e todos nós.

Parabéns, comunidade gasparense, pelos 150 anos de heroísmo, persistência, dedicação, amor e fé!

Parabéns por essa bela história!

Parabéns por essa caminhada da qual todos nós fazemos parte e somos herdeiros!

Deus seja louvado hoje e sempre!
Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Parabéns, frei Germano Guesser!

Gostaria, neste momento, representando o presidente, deputado Gelson Merisio, que solicitou dêssemos um abraço em todos, pois está ausente em virtude de estar representando a Assembleia Legislativa em outro compromisso.

Assim, em nome do Parlamento catarinense, parabeno todos os presentes; parabeno, pelo exemplo de vida e por suas palavras, frei Germano! Parabeno cada um, desde o padre Gattone, ao frei Germano e ao padre João Bachmann, aqui representando o nosso bispo, que ajudaram a construir esta comunidade, baseados, como disse o deputado Aldo Schneider, no alicerce do trabalho, do lazer e, acima de tudo, na fé, porque é a fé que move montanhas, que nos dá esperança e que nos faz crescer.

Com essas palavras, em nome do presidente do Poder Legislativo de Santa Catarina, deputado Gelson Merisio, quero agradecer a toda a comunidade de Gaspar pela receptividade, pelo carinho; agradecer à imprensa pela cobertura do evento; agradecer aos servidores da Alesc, que muito bem organizaram esta sessão, com o apoio do CPC - Conselho Paroquial Comunitário -, aqui representado pelo seu coordenador, Clarindo Fantoni; agradecer, de forma muito expressiva e carinhosa, a toda comunidade que, realmente, deputado Aldo Schneider, demonstrou que as pessoas tinham razão quando propuseram que esta sessão fosse feita em Gaspar, porque é aqui, é esse povo maravilhoso que permitiu que este momento acontecesse. Cada um fez a sua parte, mas, com certeza, a cidade de Gaspar é tão importante para Santa Catarina graças à união, ao exemplo e ao companheirismo do seu povo!

Antes de encerrar a presente sessão, ouviremos, com muito carinho e orgulho, a interpretação do Hino de Gaspar pelo Coro Misto Santa Cecília, sob a regência do maestro Dayro Bornhausen, acompanhado pela Banda do Clube Musical São Pedro.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa, de forma muito especial ao Coro Misto Santa Cecília, à Banda do Clube Musical São Pedro, a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para um coquetel, neste local.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra sessão, ordinária, para o dia 31 do corrente, próxima terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 223, de 01 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **VILSON ELIAS VIEIRA**, matrícula nº 1111, da função de Chefe da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de junho de 2011 (DL - CC - Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 224, de 01 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **LIGIA DE OLIVEIRA STOETERAU**, matrícula nº 1098, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a Chefia de Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de junho de 2011 (DL - CC - Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 225, de 01 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **MAURO SANTOS DE VARGAS**, matrícula nº 6316, da função Assessoria Técnica Administrativa - Suporte Agente de Atividades, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de junho de 2011 (CGP - Coordenadoria de Eventos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 226, de 01 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0713/11,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR ao servidor **JULIANO DA COSTA AZEVEDO**, matrícula nº 6317, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1.8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 12 de maio de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATAS DA 1782ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1782ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Paulo Rocha Faria Junior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, Processo nº 0718/11, de Marco Antonio Barcellos da Rocha, parecer aprovado pelo indeferimento. Continuando, aprovados pareceres exarados ao Ofício nº 189/2011 - 18/03/2011, Interessado: Senador José Samey - Presidente do Senado Federal "disposição para o Senado Federal do funcionário Ricardo Bulcão Vianna" e MEMO nº 122/2011 - 17/05/2011, Mandado de Segurança nº 2011.030951-7, Capital, Impetrante: Construtora Espaço Aberto Ltda. Impetrados: Presidente da ALESC e Diretoria Financeira. 2) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovado parecer por unanimidade a Consulta - Ofício CL nº 187/2011 - 20/05/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 028/2006-00, Empresa Silveira de Sã Transporte e Turismo Ltda.". 3) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0603/11, de Dulcinea Regis; Processo nº 0617/11, de Anna Soraya Bacha e Processo nº 0703/11, de Diego Rosa Correia. 4) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0713/11, de Juliano da Costa Azevedo e aprovador parecer pelo indeferimento o Processo nº 0702/11, de Juliana Cascaes de Aquino Schneider. 5) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0747/11, de Ana Maria Garibotti; Processo nº 0704/11, de Roberto Pereira Rodrigues; Processo nº 0674/11, de Sandra Regina de Oliveira Bleyer Bazzo e a Consulta - Ofício CL nº 184/2011 - 19/05/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital que tem como objeto a aquisição de cadeiras e poltronas para os novos gabinetes dos deputados". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo trinta (30) de maio. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 25 de maio de 2011.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, da 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura, realizada em 24 de maio de 2011.

Às onze horas do dia vinte e quatro de maio do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões de Imprensa da Assembleia Legislativa, sob a Presidência do Deputado Carlos Chiodini, com base no parágrafo 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Foi registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Ismael dos Santos, Mauro de Nadal e

Dirceu Dresch, líder da bancada do PT, representando a deputada Luciane Carminatti. Foram justificadas as ausências dos senhores Deputados Gilmar Knaesel, em viagem oficial à Alemanha e Joares Ponticelli, em reunião na Comissão de Constituição e Justiça da ALESC. O Presidente iniciou a reunião com a aprovação da ata da reunião anterior e das atas das Audiências Públicas, realizadas nas cidades de Palmitos e São Miguel do Oeste, e do Relatório da visita a E.E.B. Coronel Lara Ribas, no município de Chapecó. Em seguida passou a palavra para o Deputado Ismael dos Santos, que relatou o OF./0.195.1/2010, cujo parecer foi por novo diligenciamento. A seguir, relatou o OF./0040.5/2010, cujo parecer foi por diligenciamento. Após a aprovação destes pareceres, o Presidente concedeu a palavra para o Deputado Dirceu Dresch, que na reunião representava a deputada Luciane Carminatti, que relatou o PL./0345.1/2010, cujo parecer favorável à aprovação, com Emenda Substitutiva Global, foi aprovado por unanimidade. A seguir, relatou o OF./0089.0/2011, com parecer aprovado pela realização de diligência. Posteriormente, relatou o OF. 0034.7/2011, o OF 0122.6/2011 e o OF. 0121.5/2011, com parecer favorável aprovado por unanimidade. A palavra foi então passada para o Deputado Mauro de Nadal, para discussão dos Ofícios: OF./0064.2/2011 e OF./0133.9/2011, que foram aprovados por unanimidade. Os Ofícios: OF./0078./2011 e OF./0137.2/2011 tiveram parecer por diligenciamento, aprovados por unanimidade. O Deputado Carlos Chiodini fez o pedido de vista de Gabinete do PL. 345.1/2010. Finalmente, o Presidente colocou em discussão o Requerimento encaminhado pela Deputada Ângela Albino, solicitando Audiência Pública na ALESC, para discutir a situação do ensino público estadual, o fechamento e a falta de estrutura dos estabelecimentos de ensino, a municipalização da educação básica, a falta de segurança e a evasão escolar. O Requerimento foi aprovado e a Audiência Pública foi marcada para o dia vinte e um de junho do corrente ano. A seguir, foi debatido o Requerimento do Deputado Dado Cherem, solicitando a realização de Audiência Pública na ALESC, com o objetivo de discutir o tema: "Ensino Médio X Tecnologia da Informação". O Requerimento foi aprovado e a Audiência Pública ficou agendada para o dia vinte de junho do corrente ano. A seguir, foi discutido o Requerimento dos Deputados Dirceu Dresch e Sargento Amauri Soares, que solicitam a realização de visita de inspeção na Escola de Educação Básica Prefeito Lauro Zimmermann, no município de Guarimirim, O Requerimento foi aprovado e a data da realização da visita será definida em breve pelos parlamentares conforme suas respectivas agendas. Ao final da reunião, foi concedido um espaço para a manifestação da professora Alvet Bedin, Coordenadora Estadual do SINTE/SC, que apresentou as principais reivindicações dos professores da rede pública estadual e solicitou o apoio dos parlamentares para o agendamento de uma audiência entre os dirigentes sindicais do SINTE e representantes do Poder Executivo estadual para a negociação das reivindicações da categoria. O Presidente da Comissão de Educação, Cultura e desporto da ALESC, deputado Carlos Chiodini, colocou a Comissão à disposição dos professores e reafirmou a necessidade da busca do diálogo e do entendimento entre os representantes dos professores e as autoridades da área da Educação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu aos Deputados pela presença, agradeceu aos funcionários e deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual eu, Clóvis Nelson Pires da Silva, Chefe de Secretaria ad/hoc, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.

Deputado Carlos Chiodini
Presidente da CECD

*** X X X ***

EMENDA CONSTITUCIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL N. 58, de 31 de maio de 2011

Dá nova redação ao inciso I do art. 136 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e do art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso I do art. 136 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 136
I - apoio e estímulo a empreendimentos de economia solidária, ao cooperativismo e outras formas associativas;

.....
Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 31 de maio de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Vice-Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - 2º Vice-Presidente
Deputado Jailson Lima - 1º Secretário
Deputado Reno Caramori - 2º Secretário
Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário
Deputada Ana Paula Lima - 4ª Secretária

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFICIO Nº 235/11**

ASSOCIAÇÃO CULTURAL UNIÃO COMUNITARIA
RUC - Rádio União Comunitária

Ofício/Rádio União-01/2011 Joinville, 25 de maio de 2011

Exmº Sr. Gelson Merisio
DD. Presidente da Assembleia Legislativa
Florianópolis-SC
Excelentíssimo Senhor

A Associação Cultural Comunitaria-Rádio União, é uma entidade que procura atender os seus fins estatutários, voltado único e exclusivamente em benefício da sua comunidade e que está no ar desde setembro de 2006. Tem o presente a finalidade de enviar a essa egregia Casa, através de Vossa Exª, documentação para fins de manutenção do título de "Utilidade Pública estadual".

Acostamos ao presente, documentação exigida por lei. Pela atenção ao nosso pleito antecipamos nossos agradecimentos. Cordialmente

José Paulo Cabral Vicente
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 01/06/11

*** X X X ***

OFICIO Nº 236/11

CFR - Casas Familiares Rurais

Associação de Pais dos alunos da Casa Familiar Rural de Cerro Negro e Campo Belo do Sul

Cerro Negro/SC, 25 de maio de 2011

Of.003/2011

Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina

Vimos por meio deste, comunicar o encaminhamento da documentação referente a manutenção da lei de utilidade pública concedida pela Assembleia Legislativa, conforme legislação vigente neste Estado.

Na certeza de um proto atendimento a solicitação acima mencionada, desde já agradecemos.

Maria Albertina Ribeiro de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/11

*** X X X ***

OFICIO Nº 237/11

RFCC - REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE IMBITUBA

Imbituba, 30 de abril de 2011

Ofício nº 04/11

Ilmo. Sr.

Deputado Elizeu Mattos

DD. Presidente da Comissão de Trabalho, Administrativa e Serviço Públicos

Assembleia Legislativa

Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a Vossa Senhoria o relatório da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba, referente ao Exercício de 2010.

Na oportunidade, apresentamos nossos protestos de considerações e apreço.

Atenciosamente.

Léa de Oliveira Lopes

Presidente da R.F.C.C.

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/11

*** X X X ***

OFICIO Nº 238/11

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO FÁTIMA

Joinville, 25 de maio de 2011

Gelson Merisio

Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Vimos por meio deste encaminhar a documentação par a prestação de contas e atualização da utilidade publica estadual.

Antecipadamente agradecemos e consignamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

José Marcos de Borba

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/11

*** X X X ***

OFICIO Nº 239/11

Associação Vida - Projeto Missão Amiga
Instituição Filantrópica, Beneficente
De Utilidade Pública Estadual

Ao

Presidente da Assembléia Legislativa de SC

Sr. Gelson Merisio

Venho por meio deste, solicitar a Renovação de Utilidade Pública Estadual da **Associação Vida**, entidade filantrópica sem fins lucrativos, que foi reconhecida pela lei nº 9.457, de 08 de janeiro de 1994.

Joinville, 18 de Maio de 2011

Presidente José Paulino Muller

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/2011

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2169, de 31 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MYRELLE GUEDES DA FONSECA**

NEVES MACHADO, matrícula nº 5589, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2170, de 31 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VERA LUCIA DE OLIVEIRA VIEIRA, para

exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Darci de Matos).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2171, de 31 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RODRIGO DE SOUZA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2172, de 31 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 5334, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-05, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Jailson Lima da Silva).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2173, de 31 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELIANA KRUSCINSK DE OLIVEIRA, matrícula nº 5335, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jailson Lima da Silva).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2174, de 31 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ERVIN SPERANDIO**, matrícula nº 6832, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Jailson Lima da Silva).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2175, de 31 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ERVIN SPERANDIO, matrícula nº 6832, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Jailson Lima da Silva).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2176, de 31 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUCIMAR BISONI, matrícula nº 3704, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gilmar Knaesel).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2177, de 31 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **KARINA CANTO BITTENCOURT**, matrícula nº 6406, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Liderança do PMDB).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2178, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **FABRÍCIO RAMOS**, matrícula nº 6240, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Manoel Mota).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2179, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ELOI REGALIN**, matrícula nº 6552, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-23, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 30 de dezembro de 1899 (Liderança do PPS).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2180, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CLAUDOMIRO SALVATO, matrícula nº 3199, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-23, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PPS).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2181, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **VERA PATRICIA GARCIA**, matrícula nº 6013, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Ciro Marcial Roza).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2182, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VERA PATRICIA GARCIA, matrícula nº 6013, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2011 (Liderança do PMDB).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2183, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Kennedy Nunes **JULIO**

CESAR COSTA, Técnico Universitário Execução, nível-TUE-4-A, matrícula nº 365.254-8-01, servidor do Poder Executivo - UDESC, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 1421, de 23 de maio de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2, de 1º de maio de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2184, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **IVAN JOSÉ KRIEGER**, matrícula nº 0762, no Gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2185, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **LIGIA DE OLIVEIRA STOETERAU**, matrícula nº 1098, na DL - CC- Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2186, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **MAURO SANTOS DE VARGAS**, matrícula nº 6316, na DRH - Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2187, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 811/11,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **GESIANE CAMPOS DA SILVA**, matrícula nº 5162, fazendo constar como sendo **GESIANE CAMPOS**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório do Registro Civil de Joinville/SC.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2188, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 2071, de 10 de maio de 2011, que lotou **NEWTON LADISLAW ZONKOWSKI**, Matrícula nº 0904, na DL - Coordenadoria de Apoio ao Plenário, relatando na DL - CC - Comissão de Turismo e Meio Ambiente.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2189, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Mariangela Mella	3737	3%	9%	22/05/11	760/11
Rubia Mara Decol	3839	3%	9%	07/05/11	761/11
Mariza Doraci Pereira	2980	3%	12%	23/05/11	762/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2190, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
2127	Solon Soares	14/05/06	15/05/11	744/11
2125	Alexandre Melo	16/05/06	15/05/11	745/11
2115	Gilmar Cargnin	16/05/06	15/05/11	746/11
2112	Edenilso Jose Acorsi	16/05/06	15/05/11	763/11
2114	Elisabete Olinda Guerra	16/05/06	15/05/11	764/11
2138	Clerson Larroyd	16/05/06	15/05/11	765/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2191, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GILMAR PAGOTTO**, matrícula nº 3183, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Liderança do PMDB).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2192, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GILMAR PAGOTTO, matrícula nº 3183, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2011 (Liderança do PMDB).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2193, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MAX CLÉBER ORTH**, matrícula nº 6669, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Maurício Eskudlark).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2194, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **WAGNER PEREIRA PIZZETTI**, matrícula nº 4483, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Manoel Mota).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2195, de 01 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR WAGNER PEREIRA PIZZETTI, matrícula nº 4483, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Manoel Mota).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 192/11

Denomina Vereador Oscar Manoel da Conceição a Escola Jovem do Sul da Ilha, localizada no bairro de Rio Tavares, no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica denominada Vereador Oscar Manoel da Conceição a Escola Jovem do Sul da Ilha, localizada no bairro de Rio Tavares, no município de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente
Sessão de 01/06/11

JUSTIFICATIVA

A Ata em anexo da Audiência Pública realizada pela Câmara Municipal de Florianópolis em 10 de Outubro de 2005 (dia seguinte ao falecimento do Vereador Oscar Manoel da Conceição), cujo objetivo era tratar do Projeto da Escola Jovem do Sul da Ilha, com a presença de Vereadores, Gerente da SDR e diversas lideranças daquela região, por si só, através de seus depoimentos propondo o nome de nosso indicado para nomeá-la quando da sua construção, justificam plenamente a aprovação do presente Projeto de Lei em homenagem ao Vereador Oscar Manoel da Conceição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 193/11

Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Morro dos Quadros - ACBMQ.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Morro dos Quadros - ACBMQ, com sede no município de Palhoça/SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para

o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Dirce Heiderscheidt

Lido no Expediente
Sessão de 01/06/11

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a **Associação Cultural e Beneficente Morro dos Quadros - ACBMQ**, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos e econômicos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 194/11

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Pássaros de Luz, com sede no município de Itajaí.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Pássaros de Luz, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta lei,
- III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Volnei Morastoni

Lido no Expediente
Sessão de 01/06/11

JUSTIFICATIVA

Através da presente proposição, declara-se de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente Pássaros de Luz, com sede no Município de Itajaí.

A entidade sem fins lucrativos, com duração ilimitada, tem como objetivo "implantar e desenvolver um atendimento educacional especializado chamado Educação Condutiva, dedicado aos Portadores de Paralisia Cerebral e alterações afins, contribuindo o máximo para o desenvolvimento das pessoas com diferentes capacidades motoras, respeitando suas características, necessidade e interesses, oferecendo alternativas de maior autonomia e integração familiar, escolar e social".

O título de Declaração de Utilidade Pública Estadual, permitirá que a Associação usufrua dos benefícios concedidos pelo Poder Público Estadual, ampliando desta forma a capacidade de promover aquilo que objetiva. Em conformidade com a Lei que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública Estadual, o presente Projeto de Lei está instruído e legitimado.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela Associação Beneficente Pássaros de Luz à sociedade catarinense, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 195/11

Declara de utilidade pública a Associação de Basquete de Itajaí, com sede no município de Itajaí.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Basquete de Itajaí, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para

o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 - II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta lei,
 - III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 - IV - balancete contábil.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,
Deputado Volnei Morastoni

Lido no Expediente
Sessão de 01/06/11

JUSTIFICATIVA

Através da presente proposição, declara-se de Utilidade Pública Estadual a Associação de Basquete de Itajaí - ABL, com sede no Município de Itajaí.

A entidade sem fins lucrativos, com duração ilimitada, tem por finalidade "promover aos alunos de Basquete, especialmente os carentes, a participação em treinamentos, campeonatos e festivais, sem distinção de credo religioso, raça e denominação social, política e nacionalidade, junto aos seus membros associados através da arrecadação de fundos sem fins lucrativos para cobrir as despesas dos atletas".

O título de Declaração de Utilidade Pública Estadual, permitirá que a Associação usufrua dos benefícios concedidos pelo Poder Público Estadual, ampliando desta forma a capacidade de promover aquilo que objetiva. Em conformidade com a Lei que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública Estadual, o presente Projeto de Lei está instruído e legitimado.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela Associação de Basquete de Itajaí - ABL, à sociedade catarinense, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados e Senhores Deputadas a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PLC/0019.7/2011

Reajusta o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público, extingue o abono salarial e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O piso salarial dos servidores do Ministério Público, a contar de 1º de junho de 2011, será de R\$ 700,64 (setecentos reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 2º Fica extinto, a contar de 1º de junho de 2011, o abono salarial de R\$ 50,00 (cinquenta reais) instituído pela Lei Complementar Estadual n. 252, de 23 de outubro de 2003, alterada pela Lei Complementar Estadual n. 400, de 21 de dezembro de 2007.

Art. 3º Fica modificado, a contar de 1º de junho de 2011, para 5,20 (cinco inteiros e vinte centésimos), o coeficiente dos cargos de Assistente de Procuradoria de Justiça e de Assistente de Promotoria de Justiça, do quadro de pessoal do Ministério Público, Cargos de Provimento em Comissão, nível CMP-1, constantes do Anexo IV da Lei Complementar Estadual n. 223, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 4º As despesas necessárias a execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis,

GOVERNADOR DO ESTADO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 1º de junho de 2011. Ofício n. 99839/PGJ
EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DEPUTADO **GELSON MERÍLIO**
DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DE SANTA CATARINA

Assunto: Encaminha projeto de lei complementar
Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho anexo, com fundamento no art. 98 da Constituição do Estado de Santa Catarina, projeto de lei complementar, com sua respectiva exposição de motivos,

solicitando a Vossa Excelência que determine sua tramitação para apreciação dos senhores Deputados Estaduais, colocando-me, desde logo, à disposição dessa Augusta Casa para os eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

LIO MARCOS MARIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Nos termos do artigo 98, da Constituição do Estado de Santa Catarina, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o incluso projeto de lei complementar, que dispõe sobre o reajuste do piso salarial, extinção de abono salarial e alteração de coeficiente salarial dos cargos de Assistente de Procuradoria de Justiça e Assistente de Promotoria de Justiça, do quadro de cargos do Ministério Público.

O projeto de lei complementar que ora se encaminha atende ao disposto no art. 1º da Lei 431, de 23 de dezembro de 2008, que fixou o mês de junho de cada ano como o da "data-base" para reajuste dos vencimentos dos servidores do Ministério Público, atendendo à revisão geral prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.

A matéria foi submetida ao egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, na forma do art. 20, II, da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000.

No valor proposto para o piso salarial dos servidores do Ministério Público, de R\$ 700,64 (setecentos reais e sessenta e quatro centavos), está sendo concedido reajuste de 6,56% (seis inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento), correspondente a variação do INPC dos últimos doze meses, assim como incorporado o Abono Salarial de R\$ 50,00 (cinquenta reais) instituído pela Lei Complementar n. 252, de 23 de outubro de 2003, alterada pela Lei Complementar n. 400, de 21 de dezembro de 2007, e, ainda, concedido aumento real de 2% (dois por cento).

O reajuste proposto é estendido aos proventos de aposentadoria de servidores inativos, assim como às pensões devidas a dependentes de servidores falecidos, em cumprimento ao disposto no artigo 40, § 8º, da Constituição da República.

O projeto de lei complementar ainda prevê a alteração para 5,20 (cinco inteiros e vinte centésimos) do coeficiente de multiplicação para cálculo do vencimento dos cargos de Assistente de Procuradoria de Justiça e de Assistente de Promotoria de Justiça, do quadro de pessoal do Ministério Público, constante do Anexo IV da Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002 - Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Ministério Público, como forma de reconhecimento ao importante e imprescindível trabalho técnico desenvolvido por aqueles que exercem as atribuições desse cargo, bem como para lhes dar tratamento salarial equitativo àquele destinado aos servidores do Poder Judiciário que desempenham funções em tudo assemelhadas.

As despesas decorrentes desta lei possuem previsão na lei orçamentária de 2011, e não afetarão o limite prudencial para despesas com pessoal previsto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade fiscal.

Essas, em suma, Senhor Presidente, as razões das matérias constantes da proposta legislativa que apresento à apreciação da Augusta Assembleia Legislativa

Florianópolis, 1º de junho de 2011.

LIO MARCOS MARIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N. 13/10

Dá nova redação ao inciso I do art. 136 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O inciso I do art. 136 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 136.....
I - apoio e estímulo a empreendimentos de economia solidária, ao cooperativismo e outras formas associativas;

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de maio de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***